

# LEGITIMIDADE E VALIDADE DE LIMITES ÉTICOS ÀS NOVAS TÉCNICAS DE PROCRIAÇÃO HUMANA

M. PATRÃO NEVES\*

**L**a proposta de reflexão sobre "Ética e Investigação Científica" apela de imediato, à sua contextualização num domínio mais amplo em que necessária e explicitamente se insere e ganha sentido, a saber o dos limites da Ciência em geral.

Não se coloca, então aqui em causa a existência ou não de limites nem mesmo o problema da sua legitimidade — questões hoje francamente ultrapassadas. Afinal, limites na investigação científica sempre os houve, ainda que nem sempre deles tenhamos estado conscientes. Quer se tratem dos indiscutíveis condicionalismos

internos à própria Ciência como sejam as fronteiras intelectuais do Homem e restrições de experimentação ou técnicas, quer consistam em factores de ordem externa, igualmente indubitáveis, como os de natureza ideológica e material indissociáveis entre si, a presença de limites tem sido uma constante na ciência<sup>(1)</sup>.

O que nos importa verdadeiramente é a natureza dos limites que se erguem à Ciência, a qual é essencialmente de índole ética<sup>(2)</sup>. No mundo contemporâneo, em que o contínuo progresso científico-tecnológico tem vindo a agravar ameaças e perigos reais para a existência e sobrevivência do Homem, multiplicam-se os debates, a formação de associações e as acções efectivas que visam tomar conhecimento, informar e prevenir as consequências nefastas que o desenvolvimento científico pode acarretar. As preocupações que entre nós têm alcançado maior eco são as de ordem ecológica ou as que dizem respeito à qualidade de vida. Os exemplos são inúmeros e do conhecimento público. No entanto outras há, estas relativas à dignidade do Homem, de solução bem mais difícil e para as quais só agora começamos a despertar. Referimo-nos precisamente às que, pela sua problemática, exigem uma perspectiva ética no seu tratamento<sup>(3)</sup>.

Nos países tecnologicamente mais desenvolvidos, a necessidade de limites éticos à investigação científica vem já sendo afirmada desde a década de 60, logo após uma época marcada por um eufórico optimismo no progresso da Ciência, cujo termo aliás, assim se assinala e se confirma. Incrementa-se então um novo tipo de diálogo com a Ciência, e é esta a novidade do nosso mundo contemporâneo no debate dos limites da Ciência, em que os problemas são colocados com surpreendente premência e discutidos com empenhada intensidade. Nunca como no presente estes debates lograram desmoronar as fronteiras de um quase esoterismo científico, extravazando para o domínio da opinião pública e exigindo uma interdisciplinaridade em que personalidades de todos os ramos da Ciência, bem como juristas, políticos, filósofos, teólogos e moralistas são chamados a intervir. E disso é um bom exemplo este colóquio.

Em suma, o que hoje constitui matéria empolgante e motivadora de diálogo, pelas dificuldades específicas que este comporta, é a índole ética dos limites que se pretendem impor à investigação científica. A partir de que princípios éticos se poderão estabelecer limites para a Ciência? Possuirão estes princípios uma fundamentação universal ou objectiva? Quem

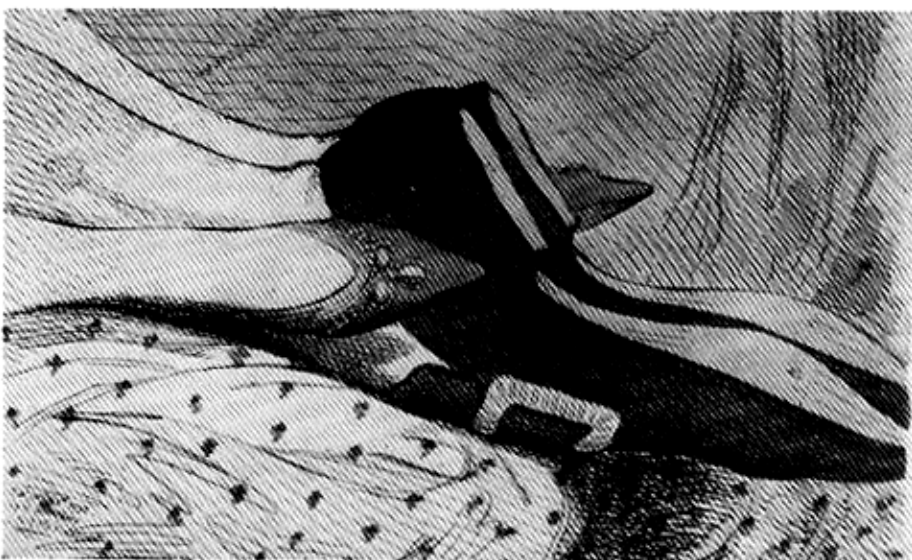
os enuncia e com que legitimidade? Qual a validade de que se revestem ou que poderão vir a assumir? Com o problema da origem e natureza dos princípios éticos em aberto, uma vez que a filosofia não o resolve de forma unívoca nem o pretende fazer, os limites que daqui deveriam decorrer para a Ciência são pautados por valores porém, também eles, corentes de universalidade e de objectividade. Em todo o caso, o tema dos limites da ciência deixou de ser um problema gnoseológico ou epistemológico para se tornar principalmente numa questão de valores em que uma perspectiva ética ou axiológica é ainda assim insuficiente, estando também implicadas outras áreas de reflexão.

II. Entre os vários domínios em que o tema dos limites éticos à investigação científica constitui hoje "pedra de toque", destacamos o da bio-medicina<sup>(4)</sup>, porventura aquele em que esta polémica tem ganho maior impacto, devido à natureza delicada e complexa das questões que envolve e ao alcance das consequências que implica. Neste âmbito figuram os problemas relativos ao aborto, o diagnóstico pré-natal, o conselho genético, a eutanásia fetal; relativos à eutanásia, violência terapêuticas, reanimação, a declaração da verdade aos doentes, o direito à morte; relativos à esterilização dos deficientes ou dos seropositivos, o eugenismo; relativos à experimentação sobre o ser humano, sobre o embrião. Qualquer um destes casos suscita dúvidas, o mesmo será dizer, obriga a uma refle-

xão sobre a necessidade de estabelecer limites, quer estes incidam sobre a admissibilidade da sua prática generalizada, quer apenas sobre modalidades no seu consentimento.

Encontramo-nos, então, perante duas eventualidades: a primeira, a de orientar ou de re-orientar a investigação científica no bom sentido, ou seja, de desviar um investimento de conhecimentos, inteligência e imaginação para fins eticamente aceites e desejáveis (quaisquer que eles sejam); a segunda, a de impedir que a Ciência realize o que ela já é efectivamente capaz de realizar, ou seja, de conter as potencialidades em cuja concretização consiste a sua própria essência. (Fica já bem longe e definitivamente dissipada a crença antiga de que todo o progresso é positivo). É evidente que estes dois aspectos não são antagónicos e que a sua conciliação é viável através de um esforço de reconversão de potenciais; porém, a interrogação que sempre prevalece é a de saber sob que critério, por determinação de que princípio.

Ainda no âmbito da bio-medicina, ou melhor, da bio-ética, uma vez que é da ética bio-médica de que temos vindo a falar<sup>(5)</sup>, atrevemo-nos a afirmar que há um sector específico em que aqueles problemas ganham uma particular acutilância, o das novas técnicas de procriação humana artificial ou assistida, pelo que lhe dedicaremos uma maior atenção<sup>(6)</sup>. Aqui a inovação é de tal ordem que desafiará espíritos ousados de algumas décadas atrás e até mesmo as obras de ficção científica não lhe empres-



tam forma há muito tempo. Com efeito, o prelúdio desta "revolução científica" data da verdadeira "revolução biológica" que foi a descoberta da estrutura do DNA, em 1953, por Crick e Watson, e cujas descobertas subsequentes permitiram um conhecimento da função programática desta estrutura e daí a explicação da conservação do genótipo, dos fenómenos de hibridação e do processo de mutação.

A genética e a fetologia beneficiaram, então, de um enorme impulso sem que, todavia, procedam directamente daquelas descobertas, mas antes da experimentação continuada e cada vez mais apurada de técnicas de laboratório<sup>(7)</sup>. Hoje preocupam-nos nestas especialidades não apenas a inseminação artificial ou a fecundação *in vitro*, mas as aplicações possíveis das técnicas de conservação pelo frio de esperma, embriões, ou mesmo óvulos, a operatividade da selecção de fetos, a existência de "mães de aluguer". A reprodução humana, antes processando-se de uma única forma, dependente que estava da natureza, vê agora multiplicarem-se as suas modalidades por intervenção da técnica.

Tratando-se da inseminação artificial, pratica-se a recolha de esperma que se introduzirá no interior dos órgãos femininos, fora de qualquer relação sexual (I.A.C.). Ora, se alguns casos de esterilidade feminina podem ser facilmente superados deste modo, já a esterilidade masculina colocará outras dificuldades como seja a exigência de um dador de esperma (I.A.D.). Combinando esta técnica com a de fecundação *in vitro*, os espermatozoides não são directamente introduzidos no aparelho genital feminino, mas colocados em contacto, num meio artificial, com os óvulos previamente retirados da mulher. O ovo assim fecundado é depois implantado no útero da mulher (F.I.V.). Esta é a técnica divulgada sob a designação comum de "bebé proveta" (F.I.V.E.T.E.). A partir do domínio destas técnicas os procedimentos possíveis são muitos, parecendo nunca estar excluída a eventualidade de surgirem novos, cada um deles procurando resolver diferentes casos de infertilidade e comportando diversas e progressivamente mais complexas dificuldades a nível das relações humanas.

Hoje é possível, perante casos de ausência de ovulação, recorrer à

doação de óvulo: o óvulo de uma mulher dadora é fecundado com o esperma do marido (ou companheiro) da mulher estéril por inseminação artificial (seja ela directa ou *in vitro*) e o embrião assim obtido é de seguida reimplantado no útero da segunda. Por outro lado, se o problema é a incapacidade de suportar uma gravidez normal, é possível retirar um óvulo desta mulher, de o fecundar *in vitro* com o esperma do seu marido (ou companheiro) e de implantar o embrião assim conseguido no útero de uma outra mulher. É a situação conhecida pela expressão "mães de aluguer". Utilizando estas mesmas técnicas pode-se ir ainda mais longe no caso de esterilidade dos dois membros do casal em que se recorre simultaneamente a um dador e a uma dadora, sendo depois o embrião implantado no útero da mulher que o desejou. Em suma, todos os elementos intervenientes no processo de fecundação e reprodução humanas podem hoje ser manipulados em laboratórios, nos quais existem stocks de ingredientes necessários à procriação e os quais estão prontos a funcionar de modo que não difere muito de uma fábrica, neste caso particular, de uma fábrica de seres humanos.

Questões que imediatamente decorrem são as que nos interpelam sobre a natureza da maternidade ou paternidade ou sobre a filiação, bem como sobre a correspondência jurídica destas relações que se vêem repentina e inesperadamente alteradas<sup>(8)</sup>. Será de restringir o recurso a estas técnicas apenas a casos juridicamente definidos como tal, ou então apenas à utilização de um dador? Que fazer no caso de homossexuais, solteiros, viúvos, celibatários deliberados, manifestarem vontade de recorrer às novas técnicas de procriação? E que fazer com o que se pode designar por "exemplares com defeito de fabrico"? Qual o estatuto e quais os direitos do novo ser?

Por outro lado, e já a um nível diferente, está em causa a noção de Homem considerado a título quer individual, quer social, uma vez que estão em jogo a sua liberdade enquanto ser singular e a sua identidade enquanto espécie respectivamente.

Assistiu-se, pois, a uma explosão tecnológica que viabilizou a procriação sem relações sexuais, que disso-

ciou a fecundação da gestação, que originou um desequilíbrio entre a natureza e a técnica e que, a limite, põe em causa toda a concepção antropológica actual.

É em vista deste panorama e, afinal, perante a incapacidade de dar resposta a todas as questões de que somente demos uma pálida ideia, que a urgência de estabelecimento de limites se agudiza. Limites estes que são forçosamente de índole ética, uma vez que dizem respeito à capacidade de ajuizar sobre o bem e o mal e que pretendem definir normas de conduta. Neste sentido, a ética (de etimologia grega, *éthos*, significado "carácter", "modo de ser", "forma de vida habitual" e também "costume") facilmente se confunde com a moral (de etimologia latina, *mos, mores*, significando "costume", "hábito"). Existe, porém, uma outra acepção em que se pode tomar o conceito de "ética", a qual foi recuperada por Heidegger e que vem já no curso da tradição alemã de distinguir ética (*sittlichkeit*) e moral (*moralität*), superiorizando a primeira. É ela a de "morada", "lugar onde se habita", o lugar que o Homem ocupa por ser homem e de que se assenhoreia pela sua prática, pelas suas acções. Os limites éticos podem então ser também entendidos, num sentido mais amplo, profundo e originário, como respeitantes à defesa do estatuto do Homem, ou melhor, à preservação da essência do Homem enquanto tal.

No domínio da bio-ética em particular, assim como da relação da ética com a investigação científica em geral, o problema fulcral que sempre subsiste, para além das soluções pontuais formuladas para casos singulares, é o da legitimidade e validade dos limites éticos questão que, por seu turno, só concerne ao Homem e que, por isso, cada vez mais se desloca para o horizonte de uma antropologia (filosófica, entenda-se).

III. É curioso verificar que a maior parte da bibliografia sobre bio-ética, incluindo a mais recente, é ou de carácter descritivo, enunciando os temas actuais que a compõem, ou de carácter problemático e de sentido aporético, interpondo a situação presente do avanço científico, por vezes esboçando pistas de resolução das interrogações que aí se encon-

tram implicadas, mas nunca as solucionando de facto.

As dificuldades são na verdade notórias quando se trata de estabelecer prescrições que se imponham pela sua natureza e que, simultaneamente, considerem as necessidades e anseios do Homem singular e respeitem a autenticidade do Homem universal. É com esta mesma preocupação que Immanuel Kant procura estruturar uma metafísica dos costumes, rigorosa, formal, objectiva e universal, qualidades reflectidas na própria lei moral, ou seja, em termos kantianos, no "Imperativo Categórico".

Das sete diferentes formulações do imperativo categórico expressas na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*<sup>(9)</sup>, seleccionamos duas que nos transmitem bem os ideais que a ética contempla e os objectivos a que aspira. São elas: "Age de tal maneira que uses a humanidade tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como no fim e nunca simplesmente como meio" (p. 68); "Age segundo a máxima que possa simultaneamente fazer-se a si mesma lei universal" (p. 79). Sendo o imperativo categórico, a lei moral de natureza racional e sendo a razão, entendida apenas no seu aspecto formal, igual em todos os homens, tal deveria garantir a universalidade e objectividade da própria moralidade. A conduta humana pautar-se-ia pelo dever de tomar a humanidade sempre como um fim em si mesmo. Se, ainda assim, se colocassem dúvidas sobre a forma de agir bastaria avaliar sobre a viabilidade de a regra adoptada para a minha conduta se tornar uma lei universal. Acontece, porém, que a eliminação de toda a contingência do agir humano se revela impossível pelo que a solução kantiana não é definitiva.

Mantém-se, deste modo, o problema da legitimidade e validade das prescrições éticas. A questão torna-se redundante: qual a autoridade que a perspectiva ética poderá exercer na imposição de limites à investigação científica? Na ausência de uma fundamentação universal, não estará ela própria, pela sua natureza, limitada a dirigir-se a cada consciência singular, quicá ecoando diferentemente? O seu poder não se limitará apenas ao pressionar da opinião pública de forma que esta desencadeie um pro-

cesso político que venha a ratificar as suas posições por via legislativa? Ou seja, no domínio da bio-ética, e tal como já vínhamos dizendo, não há uma verdadeira autonomia entre a ética, a política e o direito. Parece que só na transmutação da regra ética em lei jurídica se poderá atribuir à primeira a universalidade e objectividade de que parece.

Assim sendo porém há que reconhecer que estas qualidades não pertencem à ética de per se mas são-lhe inculcadas externamente (afinal uma validade e legitimidade jurídicas podem ser atribuídas; pretendendo



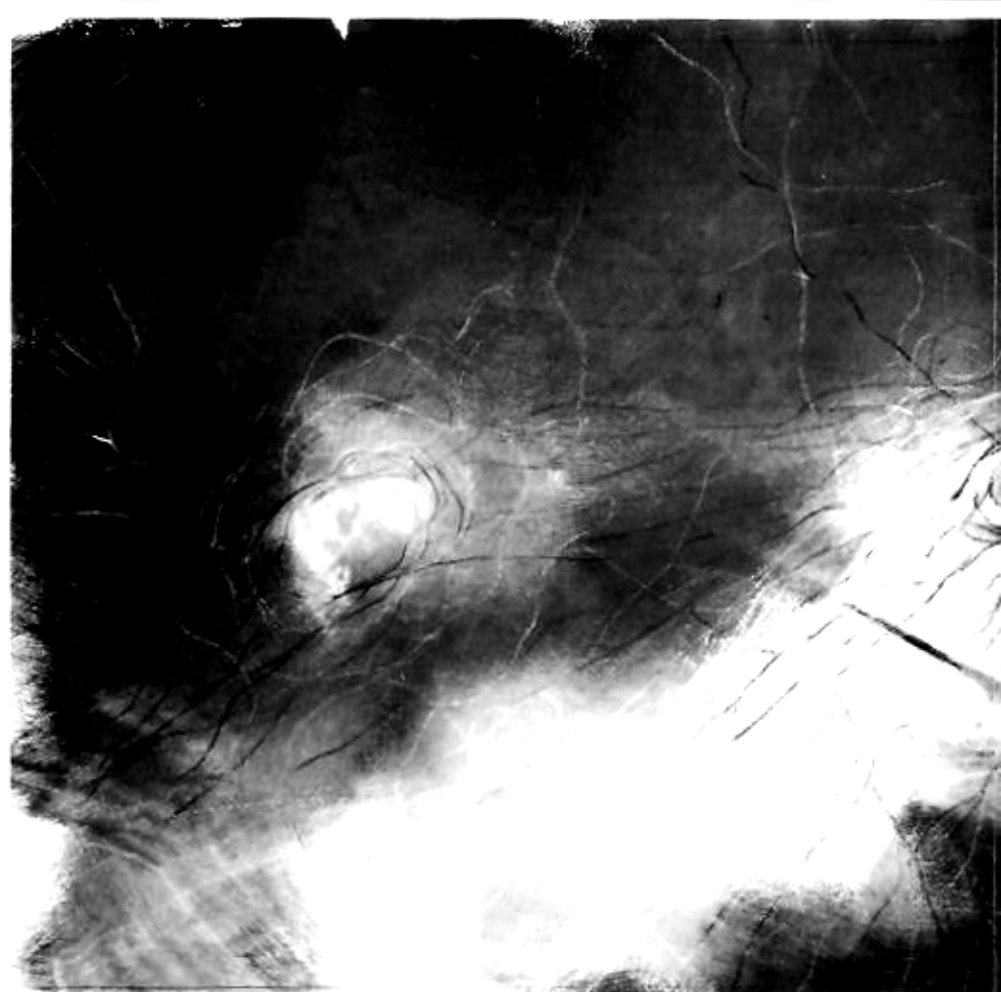


ser de natureza ética, terão de consistir num princípio interno) e, além disso, neste processo dilui-se o sentido individual que a ética sempre preserva. Com efeito, o cerne de qualquer problema ético é necessariamente o Homem, seu autor e sujeito sobre o qual ela se exerce, mas não o Homem abstracto que a lei contempla e sim o Homem concreto que, entretanto, assim se perde na uniformização.

Em suma, a legitimidade e validade dos limites éticos permanece em aberto. Quanto a nós, qualquer solução que se venha a esboçar só será viável se integrada num quadro de reflexão antropológica, questão mais vasta que subjaz à primeira e a envolve. Parafraseando Fichte diria que o tipo de ética que se preconiza, o tipo de limites éticos que se propõem à Ciência dependem do tipo de Homem que se é. Não há aqui propriamente a adopção de uma contingência mas antes a lúcida consciência de que tudo o que é real, que existe, que vive, está em permanente devir (por vezes imperceptível), em evolução constante ou, como diria Bergson é de natureza fluida, plástica. Assim acontece também com o pensamento, com os conceitos. Entre a noção de ética e de Homem instala-se uma relação dialéctica, uma interacção, uma interdependência em que ambos se definem mutuamente. É no seu equilíbrio dinâmico, nesse plano instável, que nos situamos e que projectamos o futuro. Encontramo-nos, então, com o peso do passado, o olhar no futuro e sempre equilibrando-nos no presente.

E a partir da nossa actual concepção antropológica, que por definição considera o que no Homem constitui a sua essência, que iremos impor limites éticos ao progresso da Ciência de maneira que esta não possa ultrapassar o estatuto que a coloca ao serviço do Homem, ou seja, ao serviço da realização da sua essência. A legitimidade e validade das prescrições éticas advir-lhe-á da própria universalidade que é o Homem. Mas escaparemos ainda assim ao relativismo?

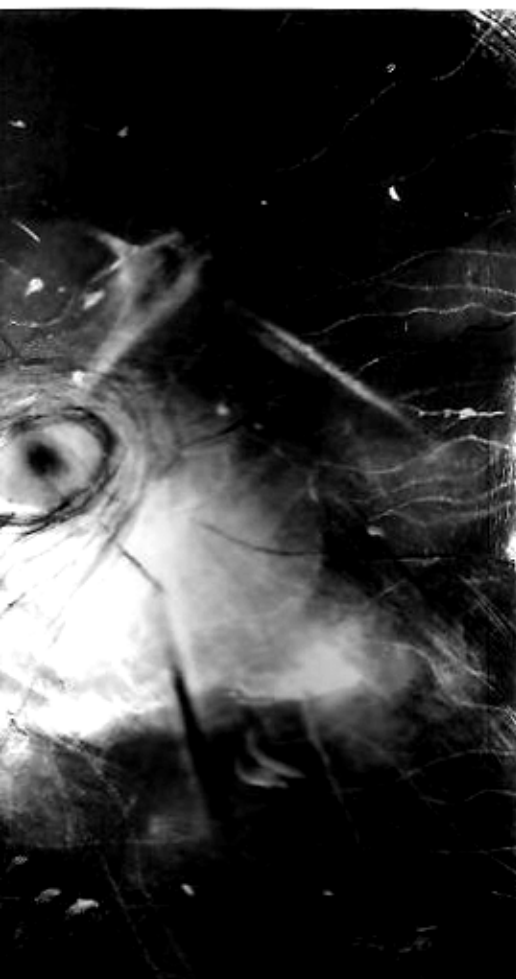
A ética, mais na sua função normativa (comum à moral) do que ao nível da fundamentação que a caracteriza, permanecerá restringida a enunciar limites que nunca poderão ser objectivos em si mesmos mas que derivam



de um diálogo preferencialmente alargado a diversas tendências, regulado pelo bom senso<sup>(10)</sup>.

## NOTAS

- (1) Contrariando a noção comum desde Francis Bacon a J. Watson de que a Ciência nunca teve limites na sua "possibilidade de realizar todas as coisas", Steven Rose, em "As limitações da ciência", texto incluído na obra *Science and Beyond*, do próprio Steven Rose e Lisa Appignanesi, de 1986 (trad. port. de Alberto Dias, Ana Oliveira, José Fernandes e Luis Rodrigues, Para uma nova ciência, Lisboa, Gradiva, 1989, 256 p. cf. 39-51 p.), defende que a Ciência, tomada num tempo e espaço concretos, é sempre limitada. A sua argumentação toma por exemplo os países tecnologicamente mais desenvolvidos após a Segunda Grande Guerra.
- (2) Facto que vem acentuar a existência de limites na Ciência, uma vez que a ética é, ela própria, pela sua natureza mesma, instauradora de limites.
- (3) Sob a forma mais ou menos generalizada de Comités Consultivos de Ética, organismos governamentais ou centros de reflexão têm proliferado no mundo ocidental criando um espaço em que as implicações do avanço tecnológico são avaliadas sob várias perspectivas de análise. Em Portugal os primeiros passos para a constituição de uma associação com objectivos semelhantes só neste ano de 1989 começaram a ser dados com uma proposta dirigida à Assembleia da República.
- (4) A bio-medicina engloba as questões relativas às ciências da vida, à saúde e ao bem estar analisadas quer sob uma perspectiva ética, quer mais especificamente deontológica. Cf. *Ethique médicale et droits de l'Homme*. Col. "La fabrique du corps humain", Actes Sud et Inserm, Arles, 1988, 352 p.; Monagle, J. e Thomasma, D., *Medical Ethics*. Rockville, Maryland, on Aspen publications, 1988, 522 p.
- (5) O sentido da expressão "bio-medicina" tem sido precisado através de uma outra designação, a de "ética bio-médica", a qual evoca explicitamente a ética restringindo-a ao sector específico da bio-medicina. Afinal o mesmo sentido é transmitido por uma outra expressão mais simples e hoje mais divulgada, importada dos Estados Unidos, a de "bio-ética".



- (6) No âmbito alargado da bio-ética é interessante assinalar que enquanto os norte-americanos se manifestam, em geral, mais empenhados nos problemas que a experimentação em seres humanos levanta, os europeus são mais motivados pelas questões relativas à procriação assistida.
- (7) Aliás, o que constitui problema nunca é o progresso da Ciência pura, mas sim a aplicação possível destes conhecimentos, ou seja, as novas tecnologias que a partir deles se desenvolvem.
- (8) "Le droit de la filiation face aux nouveaux modes de procréation", de Danièle Huet-eiller, professora na Faculdade de Direito e de Ciências Políticas de Strasbourg, publicado in *Revue de Métaphysique et de Morale*, n.º 3, 1987, Paris, Armand Colin, 331-350 pp., apresenta um levantamento da multiplicidade e dificuldade das questões de ordem jurídica que as actuais técnicas de procriação assistida colocam no que se refere ao direito de filiação, tal como o título indica. De muito interesse para o aprofundamento deste tema é a obra *Bioéthique et Droit*. Estudos reunidos por Raphael Drat e Michèle Harichaux, Paris, P.U.F., 1988, 304 p.
- (9) *Grundlegung sur Metaphysik der Sitten*, trad. port. de Paulo Quintela, Coimbr, Atlântida, 1960, 121 p.
- (10) Cf. Archer, I., "Genetic engineering and human freedom", in *Broteria*, Lisboa, X (LXXXV), 49-62 pp., 1989.



**Maria do Céu Patrão Neves** nasceu em Lisboa em 1959.

Iniciou os seus estudos na área da Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa aí tendo concluído a licenciatura em 1981 e obtido o grau de Mestre em Metafísica e Antropologia no ano de 1986. Actualmente Assistente da Universidade dos Açores, desenvolve um estudo sobre filosofia francesa contemporânea conducente ao doutoramento.

No decurso dos seus estudos e nas diversas participações em cursos ou colóquios em Portugal e no estrangeiro tem beneficiado de bolsas da Gulbenkian, Deutscher Akademischer Austauschdienst, Fulbright, Salzburg Seminar, sendo actualmente bolsista do I.N.I.C.